

Estudios sobre el **Mensaje Periodístico**

ISSN-e: 1988-2696

<https://dx.doi.org/10.5209/esmp.72374>

O Neoliberalismo nos Editoriais: o Discurso de *O Globo* e *O Estado de S. Paulo* sobre a Previdência Social brasileira

Bruno Bernardo Araújo¹ y Fernanda Safira Soares Campos²

Recibido: 14 de noviembre de 2020 / Aceptado: 24 de septiembre de 2021

Resumo. Este texto analisa a presença de elementos da retórica neoliberal em editoriais dos jornais *O Globo* e *O Estado de S. Paulo* sobre as duas propostas de reforma da Previdência Social que tramitaram no Parlamento brasileiro entre os anos de 2017 e 2019, durante os governos de Michel Temer e Jair Bolsonaro. Parte-se de uma discussão sobre o neoliberalismo, seguida da caracterização do editorial como espaço de enunciação dos interesses da empresa jornalística, identificada neste estudo como um ator político interessado. Na análise empírica, por meio de uma análise do discurso, combinada com análise textual, identificam-se os padrões argumentativos dos editorialistas sobre a reforma do sistema previdenciário nacional. A hipótese do estudo é de que o discurso construído pelos jornais reafirma a perspectiva privatista de direitos, um dos cerne do neoliberalismo. A pesquisa aponta que os jornais forjaram um falso consenso sobre o tema, explorando padrões argumentativos que evidenciam o desempenho da imprensa como dispositivo de vocalização da racionalidade neoliberal em contextos de capitalismo periférico.

Palavras-chave: Previdência social; editoriais; neoliberalismo; *O Globo*; *O Estado de S. Paulo*.

[es] El Neoliberalismo en los Editoriales: el Discurso de *O Globo* y *O Estado de S. Paulo* sobre la Seguridad Social brasileña

Resumen. Este texto analiza la presencia de elementos de la retórica neoliberal en los editoriales de los periódicos *O Globo* y *O Estado de S. Paulo* sobre las dos propuestas de reforma de la Seguridad Social que se tramitaron en el Parlamento brasileño entre los años 2017 y 2019, durante las gobernaciones de Michel Temer y Jair Bolsonaro. Se parte de una discusión sobre el neoliberalismo, seguida de la caracterización del editorial como espacio de enunciación de los intereses de la empresa periodística, identificada en este estudio como un actor político interesado. En el análisis empírico, a través de un análisis del discurso, combinado con el análisis textual, identificamos los patrones argumentativos de los editorialistas sobre la reforma del sistema nacional de bienestar. La hipótesis del estudio es que el discurso construído por los periódicos reafirma la perspectiva privatista de los derechos, una de las piedras angulares del neoliberalismo. La investigación indica que los periódicos forjaron un falso consenso sobre el tema, explorando patrones argumentativos que muestran la actuación de la prensa como dispositivo para vocalizar la lógica neoliberal en contextos capitalistas periféricos.

Palabras clave: Seguridad social; editoriales; neoliberalismo; *O Globo*; *O Estado de S. Paulo*.

[en] Neoliberalism in Editorials: *O Globo* and *O Estado de S. Paulo*'s Discourse on Brazilian Social Security

Abstract. This paper analyzes the presence of elements of neoliberal rhetoric in editorials of the newspapers *O Globo* and *O Estado de S. Paulo* on the two proposals for Social Security reform that were discussed in the Brazilian Parliament between 2017 and 2019, during the administrations of Michel Temer and Jair Bolsonaro. We begin with a discussion on neoliberalism, followed by the characterization of the editorial as a space of enunciation of the interests of the journalistic enterprise, identified in this study as an interested political actor. In the empirical analysis, by employing discourse analysis combined with textual analysis, we identify the argumentative patterns of the editorialists on the reform of the national welfare system. The hypothesis of the study is that the discourse constructed by the newspapers reaffirms the privatistic perspective of rights, one of the cornerstones of neoliberalism. The research indicates that the newspapers forged a false consensus on the theme, exploring argumentative patterns that show the performance of the press as a device to vocalize the neoliberal rationale in peripheral capitalist contexts.

Keywords: Social Security; editorials; neoliberalism; *O Globo*; *O Estado de S. Paulo*.

Sumario. 1. Introdução 2. A racionalidade neoliberal 3. O jornal como ator político 4. Metodologia 5. Resultados 5.1. Padrão argumentativo 1. Defesa do liberalismo econômico 5.2. Padrão argumentativo 2. Crítica do tamanho do Estado 5.3. Padrão argumentativo 3. Crítica à socialdemocracia 5.4. Padrão argumentativo 4. Exemplos a serem seguidos 6. Conclusões 7. Referências bibliográficas

Cómo citar: Araújo, B.B., & Soares-Campos, F.S. (2021). O Neoliberalismo nos Editoriais: o Discurso de *O Globo* e *O Estado de S. Paulo* sobre a Previdência Social brasileira. *Estudios sobre el Mensaje Periodístico* 27 (4), 1023-1034. <https://dx.doi.org/10.5209/esmp.72374>

¹ Universidade Federal de Mato Grosso (Brasil)
E-mail: brrunoaraujo@gmail.com

² Universidad Federal de Mato Grosso (Brasil)
E-mail: fsafirac@gmail.com

1. Introdução

Este trabalho analisa a cobertura editorial dos jornais *O Globo* e *O Estado de S. Paulo* (*Estadão*) dois *quality papers* brasileiros, acerca das propostas de reforma da previdência social apresentadas nos governos de Michel Temer e Jair Bolsonaro: a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 287/2016 e a PEC 6/2019, respectivamente. Ambos os textos propunham alterações nas regras da previdência pública, aumentando a idade mínima e o tempo de contribuição para a aposentaria. Partimos da hipótese de que os editoriais, como espaços de expressão da opinião da empresa jornalística, construíram um discurso de defesa da reforma da previdência, baseado em padrões argumentativos de reforço do ideário neoliberal, com o qual os jornais analisados historicamente se associaram.

Os editoriais constituem um gênero opinativo com a finalidade de fazer avaliações de temas e acontecimentos (Melo e Assis, 2016). São espaços de argumentação sobre o que ocorre na agenda pública. Todavia, esses textos nem sempre se voltam ao leitor mais amplo; em geral, direcionam posições e reptos a grupos de interesse e às diferentes esferas decisórias. Assim, os editoriais convertem-se em espaços de expressão política, vinculados às visões de mundo da empresa, a qual pode transformar-se, ela mesma, em grupo de pressão. Os jornais estudados nesta pesquisa integram oligopólios midiáticos, concentrados nas mãos de poucas famílias, como ocorre na tradição brasileira. Em um cenário de concentração dos meios, os editoriais permitem que os jornais ajam como atores políticos, como vem sendo estudado por diversos autores (Azevedo, 2005; Azevedo e Chaia, 2008; Miguel e Coutinho, 2007; Marques e Mont'Alverne, 2013; Araújo e Prior, 2020).

As duas propostas de reforma da previdência foram apresentadas entre o fim de 2016 e o início de 2019. Nos dois momentos, houve forte interesse e apoio dos *media* e das elites do mercado financeiro na aprovação das medidas. Em linhas gerais, a proposta de Michel Temer incluía duas alterações principais nas regras da previdência pública: o fim da possibilidade de aposentaria exclusiva por tempo de serviço, hipótese que passaria a ser combinada com uma regra de idade; e a ampliação do tempo de contribuição, que sairia de 15 para 25 anos. Também aumentava a idade mínima, propondo 65 anos para homens e 62 para mulheres. A proposta recebeu duras críticas porque “vai redundar num tempo difícil de ser cumprido pelos trabalhadores em situação precarizada, que em geral acessam a aposentaria por idade” (Mostafa e Theodoro, 2017, p. 1).

A PEC 287 compunha um pacote de medidas de austeridade encabeçado por Michel Temer assim que ele assumiu a presidência da República em abril de 2016, na esteira do *impeachment* de Dilma Rousseff, do Partido dos Trabalhadores, de quem ele era vice-presidente. Temer não apenas trabalhou ativamente pela destituição de Rousseff, como, ao assumir o governo, realizou uma mudança profunda nas diretri-

zes econômicas anunciadas nas eleições de 2014. Na presidência, propôs a maior mudança já ocorrida na legislação trabalhista desde a sua consolidação nos anos 1940, por meio da denominada reforma trabalhista. Por outro lado, modificou a Constituição de 1988, para impor um limite à capacidade de investimento do Estado por um período de 20 anos. A chamada “PEC do teto de gastos” foi criticada por partidos de oposição e por especialistas, que chamaram a atenção para os efeitos daquela limitação em um país com índices elevados de desigualdade e pobreza e pelo fato de que a medida não incluiu nos limites as despesas com juros da dívida pública, na contramão do que ocorre em parte significativa dos países (Afonso, Salto e Ribeiro, 2016, p. 23-24).

Embora bem-sucedido na implementação das duas primeiras reformas, Temer não conseguiu fazer avançar a PEC 287. Em maio de 2017, uma série de áudios, repercutidos na imprensa, revelaram uma conversa do presidente com o empresário Joesley Batista, acusado de corrupção³. Segundo noticiou a imprensa, os áudios sugeriam que Temer deu aval ao empresário para a compra do silêncio do ex-deputado federal Eduardo Cunha, aliado político de Temer, que estava preso, condenado, em seguida, por corrupção. Cunha foi sido um dos pivores do *impeachment* de Dilma Rousseff, quando estava na condição de Presidente da Câmara dos Deputados. Em meio à crise, que se aprofundou com as denúncias da Procuradoria-geral da República contra o próprio Michel Temer, por suspeitas de corrupção, a PEC 287 tornou-se politicamente inviável.

Três anos depois, em fevereiro de 2019, com dois meses de governo e com base na mesma argumentação de Temer, de que seria necessário reformar a previdência para garantir a sua sustentabilidade, o presidente Jair Bolsonaro apresentou à Câmara dos Deputados a PEC 6/2019, que alterava a PEC 287/2016, tornando-a ainda mais dura. A proposta de Bolsonaro foi desenhada pelo ministro da Economia Paulo Guedes, um defensor da diminuição do papel do Estado, apresentado na campanha eleitoral de 2018 como o responsável pela política econômica em uma eventual vitória de Bolsonaro. De fato, o neoliberalismo de Guedes torna-se elemento constitutivo do populismo de Jair Bolsonaro, assim como uma espécie de atenuante, em face dos meios de comunicação, diante das ameaças autoritárias do então candidato à presidência. Com efeito, em 2018, os principais jornais brasileiros normalizaram o autoritarismo de Bolsonaro, em parte por acreditarem na agenda neoliberal de Guedes (Araújo e Prior, 2020). Como na proposta de Temer, a PEC 6/2019 previa a mesma obrigatoriedade de idade mínima e o fim da possibilidade de aposentaria por tempo de serviço.

Algumas medidas foram duramente criticadas e acabaram rejeitadas pelos parlamentares, como a

³ Disponível em: < <https://oglobo.globo.com/brasil/audios-ouca-as-gravacoes-feitas-pelo-dono-da-jbs-com-temer-21360751> > Acesso em: 19 mar. 2020

ideia de modificação das regras do Benefício de Prestação Continuada (BPC), um programa assistencial destinado a idosos em situação de extrema pobreza (com renda familiar per capita menor que ¼ do salário-mínimo) e a pessoas com deficiência, financiado com recursos da previdência. O governo buscava reduzir o benefício, de um salário-mínimo, para quatrocentos reais, mas o Congresso rejeitou a ideia. Igualmente desconsiderada foi a proposta de criação de um sistema de capitalização, que substituiria o atual sistema de repartição, no qual as aposentarias são pagas com as contribuições dos trabalhadores que estão na ativa, segundo uma lógica de solidariedade mútua. Na proposta de capitalização apresentada, o valor da aposentaria passaria a depender daquilo que o próprio trabalhador conseguisse poupar durante a vida ativa. Diante das críticas e da falta de consenso, o ponto também foi retirado. Apesar de fazer alterações importantes no texto original, o Parlamento aprovou a reforma da previdência no último trimestre de 2019, em um ato celebrado pelos principais veículos de comunicação.

Na tramitação de ambas as propostas, os jornais foram vozes ativas na discussão sobre a pertinência e o grau de profundidade das mudanças. O envolvimento se deu não apenas na ampla cobertura do tema, mas pela posição editorial assumida, sobre a qual este texto se debruça. Para a verificação da hipótese apresentada no início desta introdução, recorreremos à Análise Crítica do Discurso para o estudo dos editoriais. Parte-se do pressuposto de que os sentidos identificados no discurso integram uma complexa relação entre o que é e como é *dito* – e entre o que é *silenciado* – e a tessitura social na qual as enunciações se produzem. Tratando-se do mesmo tipo de reforma, ainda que com modificações, o estudo observa como os jornais construíram os padrões argumentativos durante o governo Temer, de centro-direita e na gestão Bolsonaro, de extrema-direita.

Além desta introdução, o artigo se divide em cinco partes: (i) uma discussão sobre o conceito de neoliberalismo, (ii) seguida de apontamentos acerca do papel político dos editoriais; (iii) metodologia; (iv) discussão dos resultados; (v) e reflexões conclusivas.

2. A racionalidade neoliberal

Entre 1978 e 1979, em um dos célebres cursos dados no *Collège de France*, cujas transcrições foram publicadas sob o título de *O Nascimento da Biopolítica*, Michel Foucault (2008) chamou a atenção para a importância do Colóquio Walter Lippmann, realizado em Paris, em 1938, para a gênese do neoliberalismo. O nome do evento foi uma homenagem ao jornalista estadunidense Walter Lippmann em cujo livro *Inquiry into the Principle of the Good Society* defendeu que o mercado não deveria ser visto como uma realidade natural, mas como a derivação de uma ordem legal criada e garantida pelo Estado. Essa ideia norteou parte dos debates travados no Colóquio, organi-

zado por Louis Rougier e no qual se reuniram figuras como Raymond Aron, Ludwig von Mises, Friedrich von Hayek, o próprio Lippmann e outros. Até a manifestação de Foucault, o mais frequente era identificar-se a Sociedade Mont Pèlerin, de 1947, organizada por Friedrich von Hayek, como o ponto inicial das ideias neoliberais. De todo modo, nos dois eventos, os participantes se reuniram em torno da utopia do livre mercado e da contrariedade a qualquer meio de intervencionismo ou planejamento estatal para a economia (Andrade, 2019).

O termo “neoliberalismo” surgiu já nas primeiras décadas do século XX, designando a busca por uma refundação do liberalismo clássico, embora os que se dedicaram a propor um novo tipo de liberalismo jamais tenham aceitado o termo como forma de adjetivar suas ideias. No entanto, foi a partir da década de 1990 que a palavra começou a figurar na esfera pública com maior centralidade. Apareceu com uma conotação pejorativa, a que os críticos recorriam para classificar jocosamente os defensores do livre mercado. A carga negativa do termo esteve relacionada à experiência traumática do Chile, identificada como a primeira materialização do neoliberalismo em política econômica, imposta pela violência da ditadura de Augusto Pinochet. Assim, dos anos 1990 à atualidade, neoliberalismo aparece como um significante vazio, “utilizado para designar os adeptos do ‘fundamentalismo de mercado’ e das propostas que se contraponham à mentalidade distributiva e regulacionista típica do *Welfare State*” (Mariutti, 2021, p. 4).

Como conceito, o neoliberalismo tem sido objeto de disputas no terreno das ciências sociais. Dentre as abordagens existentes, enfatizaremos duas que nos parecem mais produtivas para os objetivos deste texto. Trata-se da perspectiva marxista e da leitura de base foucaultiana sobre o fenômeno. De acordo a primeira, o neoliberalismo surge na esteira da crise dos anos 1970 e se configura como estratégia política de expansão da hegemonia da classe dominante por meio de um processo de financeirização mundial. O neoliberalismo é entendido como um modelo que “afirma o livre mercado como garantidor da liberdade individual de empreender e que confere ao Estado o papel mínimo de preservar a ordem institucional necessária” (Andrade, 2019, p. 221) Segundo Harvey,

O neoliberalismo é em primeiro lugar uma teoria das práticas político-econômicas que propõe que o bem-estar humano pode ser melhor promovido liberando-se as liberdades e capacidades empreendedoras individuais no âmbito de uma estrutura institucional caracterizada por sólidos direitos, a propriedade privada, livres mercados e livre comércio. O papel do Estado é criar e preservar uma estrutura institucional apropriada a essas práticas; o Estado tem que garantir, por exemplo, a qualidade e a integridade do dinheiro. (Harvey, 2005, p.12)

Assim, o neoliberalismo defende políticas de liberalização econômica extensas, como as privatizações, austeridade fiscal, desregulamentação, livre co-

mércio e o corte de despesas governamentais a fim de reforçar o papel do setor privado na economia. Busca a transferência de recursos do governo para o setor privado. É o caso da Previdência Social, que passa a ser enfraquecida até que se torne inviável ou desvantajosa para o trabalhador. Neste contexto, o Estado tem um papel central:

O Estado joga um papel decisivo no neoliberalismo. O ímpeto de restauração do poder de classe distorce na prática a teoria do Estado mínimo. A criação de um clima favorável aos negócios e aos investimentos, a difusão financeira, o papel de garantidor de última instância de grandes instituições financeiras, a transferência dos prejuízos privados para as contas públicas, a repressão dos sindicatos, a precarização das leis trabalhistas, a redução dos gastos sociais, a difusão de políticas públicas de responsabilização individual, a ação repressiva da polícia e do judiciário, os privilégios concedidos a grandes corporações (...) são alguns exemplos de práticas estatais neoliberais que se colocam do lado dos interesses capitalistas em detrimento dos direitos coletivos dos trabalhadores, do bem-estar da população e da proteção ambiental. (Andrade, 2019, p. 223-224)

A segunda perspectiva amplia a leitura marxista do neoliberalismo. Trata-se da abordagem de inspiração foucaultiana elaborada por Pierre Dardot e Christian Laval (2016), para os quais o neoliberalismo deve ser entendido como um tipo de racionalidade, com influência nas múltiplas dimensões da experiência humana, indo muito além da esfera econômica. Os autores buscam inspiração nos estudos de Foucault sobre a governamentalidade e propõem uma reflexão política que entende o neoliberalismo como “um regime disciplinar imposto a todos pela lógica normativa que se encarnou em instituições e dispositivos de poder cujo alcance hoje é mundial” (Dardot e Laval, 2016, p. 19-20).

Mais do que uma ideologia ou uma política econômica, nesta abordagem, o neoliberalismo configura-se como uma “razão-mundo” que assenta na generalização da competição e do individualismo, afetando os diferentes modos como nos comportamos, nos relacionamos uns com os outros e com nós mesmos. Assim, os autores explicam que a lógica neoliberal não afeta apenas o Estado, mas também os indivíduos. O neoliberalismo transforma o modelo da empresa na principal fonte de subjetividades das sociedades, de forma que o sujeito tende a agir como um empresário de si, aprofundando uma dimensão de egoísmo hostil a qualquer projeto de solidariedade coletiva. Como consequência, “o neoliberalismo não destrói apenas regras, instituições, direitos. Ele também produz certos tipos de relações sociais, certas maneiras de viver, certas subjetividades” (p. 16).

A compreensão da empresa como um modelo é também estendida ao Estado, que passa a atuar também como um empreendedor. Os autores esclarecem que, ao contrário da percepção de que os Estados teriam sido cooptados pelos mercados a partir de fora,

“(...) foram antes os Estados (...) que introduziram e universalizaram na economia, na sociedade e até neles próprios a lógica da concorrência e o modelo de empresa” (Dardot e Laval, 2016, p. 19). Essa dimensão ajuda a entender as leituras, cada vez mais costumeiras, que associam o Estado a uma empresa, e o político, a um gestor, interpretações presentes em muitas análises propaladas nos meios de comunicação *mainstream*.

Um elemento de conexão entre as perspectivas marxista e foucaultiana pode estar na ideia de que o neoliberalismo atua de maneira insidiosa, espalhando os valores que lhe dão forma por meio de certos dispositivos. Aqui, os *media* podem atuar como atores políticos interessados na normalização da racionalidade neoliberal.

3. O jornal como ator político

Para a observação do discurso de O Globo e de O Estado de S. Paulo, importa ter em conta o papel historicamente desempenhado pelos veículos brasileiros na condição de atores políticos. Essa ação ocorre no campo discursivo, no qual são formuladas propostas de interpretação da realidade que tendem a servir aos interesses de certos grupos de interesse e pressão. O jornal converte-se em ator político quando age na condição de parte interessada de uma discussão, mas não com vistas ao esclarecimento da opinião pública, senão com o objetivo deliberado de fazer valer seus próprios interesses ou os daqueles que o beneficiam de algum modo (Melo, 1985).

A história brasileira possui diversos casos reveladores da faceta política das mídias hegemônicas, durante muito tempo os únicos mediadores do debate nacional. Ao longo dos tempos, a mídia brasileira vem enquadrando as forças de oposição de forma positiva ou negativa em função dos grupos no poder (Aldé, Mendes e Figueiredo, 2007). De igual forma, a mídia tem apostado em coberturas fortemente adversárias em relação às esquerdas, mormente ao Partido dos Trabalhadores, como já abordaram diversos trabalhos (Azevedo, 2008; 2009; Feres Júnior e Gagliardi, 2019), tendo, mais recentemente, contribuído para a polarização e o recrudescimento do sentimento antipolítico, mesmo antes da eclosão das mídias sociais com toda a sua importância recente nos rumos da vida política (Guazina, 2005; Araújo, 2018).

Mas o papel de força política dos jornais é também observado nas análises sobre a sua reação às alterações ou conquistas no campo dos direitos sociais. Essa é uma questão muito pertinente a este trabalho pela natureza do que representa a previdência social, uma conquista relativamente recente no Brasil, a qual, já fora alvo de processos de privatização em outros países latino-americanos. No Chile, por exemplo, as recentes manifestações de rua contra o governo estão ligadas aos resultados danosos do sistema de capitalização implementado no país há trinta anos, por meio da agenda neoliberal de Augusto Pinochet.

O trabalho de Francisco Fonseca (2005) sobre os editoriais dos principais jornais brasileiros na discussão sobre a inclusão dos direitos sociais na Constituição, durante a Assembleia Constituinte de 1987/88, é revelador. Entre os jornais analisados, estão O Globo e Estadão. O autor mostra que os jornais estiveram editorialmente alinhados contra a inclusão, no texto constitucional, de direitos como a licença-maternidade, o seguro-desemprego, as férias remuneradas, a estabilidade no emprego e diversas outras garantias que, hoje em dia, têm sido desidratadas em reformas recentes, como a tributária, realizada no governo Michel Temer. À época, os jornais chamavam populismo e paternalismo às medidas que visavam proteger os trabalhadores na relação de emprego, acusando os seus defensores de enganarem os operários (Fonseca, 2005).

Os achados no estudo de Fonseca mostram argumentações que seriam reiteradas em diversas discussões posteriores na esfera pública brasileira, como a importância do Programa Bolsa Família ou mesmo os debates sobre as políticas de cotas para negros em universidades públicas (Marques, Mendes, Leite e Hutz, 2004; Suárez e Libardoni, 2007). A posição dos jornais revela uma face conservadora em temas fundamentais em torno da ampliação dos direitos sociais. Essa postura reativa não pode estar descolada dos interesses dos grupos que são donos dos jornais. Os veículos cujos editoriais são analisados neste texto pertencem a grandes grupos de comunicação do país, liderados por associações familiares, a tradição do país.

O Globo, fundado em 1925, no Rio de Janeiro, é propriedade do Grupo Globo. Pertence à família Marinho, dona do principal conglomerado de comunicação da América Latina, um dos maiores do planeta, detentor do principal produto do telejornalismo brasileiro, o Jornal Nacional. Já o Estado de S. Paulo vem do século XIX, fundado em 1875, em São Paulo, de propriedade da família Mesquita. Assim como O Globo, apoiou o golpe de 1964. Historicamente, o Estadão tem adotado uma postura de conservadorismo político e liberalismo econômico, tendo, principalmente através de seus editoriais, expressado a defesa do pensamento neoliberal no Brasil (Azevedo, 2006).

4. Metodologia

Na análise a seguir, vamos estudar um corpus de 18 editoriais de O Globo e O Estado de S. Paulo centrados nas propostas de reforma encaminhadas ao Congresso por Temer e Bolsonaro. Para isso, partiremos de pressupostos da análise crítica do discurso, que estimula o analista a observar os textos como materialidades de um tecido social e de uma prática discursiva específica. Esta tem relação com as condições de produção do discurso e, no caso do discurso jornalístico, engloba as rotinas produtivas, os constrangimentos organizacionais,

valores editoriais e as características formais do texto em questão, ou seja, o editorial. Além disso, a materialidade produzida sob tais condições sofre influências de uma prática social, isto é, do domínio sócio-histórico em que a prática discursiva se desenrola (Fairclough, 2008). O discurso, nesta pesquisa conceito e operador analítico, é o resultado, pois, da complexidade de uma tríade que envolve o entrelaçamento da dimensão textual com a prática discursiva e a dependência de ambos da dimensão sócio-histórica da sua produção.

Sendo o editorial um gênero predominantemente argumentativo, resolvemos identificar os padrões argumentativos presentes nos textos, isto é, as principais recorrências semânticas na abordagem ao tema da reforma da previdência, com particular ênfase nos elementos que poderiam reforçar valores neoliberais. Dentre as ferramentas da crítica do discurso, daremos foco à lexicalização, que parte da ideia de que as palavras do enunciador são mais do que meras seleções linguísticas; expressam verdades escolham ideológicas (Fairclough, 2008). Procedemos a uma análise de associação, por meio da identificação das ocorrências e correlações de termos.

Para o trabalho de associação de palavras, que permite identificar núcleos de sentido, utilizamos o software de análise linguística Iramuteq⁴. Assim, realizamos dois movimentos: uma abordagem numérica dos textos e uma análise de similitude⁵, esta para identificar quais as associações predominantes entre os termos escolhidos pelos editorialistas para tratar do assunto “reforma da previdência”. Desse modo, optamos por analisar as seguintes classes gramaticais: substantivos, adjetivos e verbos. Ainda para a análise de associação/similitude, optamos por trabalhar com os termos que tiveram sete ou mais ocorrências, de forma a eliminar outros, sem grande expressão semântica. Abaixo, o Quadro 1 descreve os editoriais analisados:

Todos os editoriais de O Globo foram publicados na versão impressa do jornal, mas também estão disponíveis no Acervo Digital, de onde foram coletados. Os editoriais do Estadão foram coletados no próprio site do jornal, através da barra de busca. A pesquisa dos textos ocorreu no período de 14/11/2018 a 02/07/2019. Optamos por analisar o mesmo número de editoriais sobre o tema nos respectivos governos. Assim fizemos um recorte que reuniu cinco editoriais sobre governo Temer e cinco editoriais no governo Bolsonaro no jornal O Globo. Do mesmo modo no jornal O Estado de S. Paulo, em que foram reunidos quatro editoriais sobre cada um dos governos. Portanto, analisamos a seguir 18 editoriais ao todo.

⁴ Iramuteq é um programa de análise linguística que nos permite produzir gráficos, nuvens de palavras e contagem de termos mais usados em um texto ou conjunto de textos, além de outras funcionalidades.

⁵ Possibilita identificar as coocorrências entre as palavras e seu resultado traz indicações da conexão entre as palavras, auxiliando na identificação da estrutura da representação (Justo, 2013).

Quadro 1. Descrição dos editoriais analisados

Veículo	Presidente	Título do Editorial	Publicação
O Globo	Temer	Projetos de ajuste no mundo seguem roteiro básico	18/12/2016
		Tóxico ideológico	02/01/2017
		Não se pode perder o foco na Reforma da Previdência	23/03/2017
		Déficit na Previdência pressiona Congresso	04/04/2017
		Reformas para além da Previdência	03/01/2018
	Bolsonaro	Proposta coerente de um modelo liberal para o país	03/01/2019
		Espaço aberto às negociações sobre a Previdência	07/02/2019
		As vantagens de uma nova reforma trabalhista	08/02/2019
		Privilégios de advogados públicos e peritos	12/02/2019
		Desburocratizar é pauta positiva do governo	09/04/2019
Estadão	Temer	Relutância irresponsável	29/01/2017
		Rigidez e irracionalidade	25/09/2017
		A imprevidência brasileira	03/05/2017
		O peso da Previdência	06/02/2017
	Bolsonaro	As razões das críticas	01/07/2019
		Caminho aberto para a reforma	27/06/2019
		A reforma e seus inimigos	14/06/2019
		Descompasso com o mundo	22/05/2019

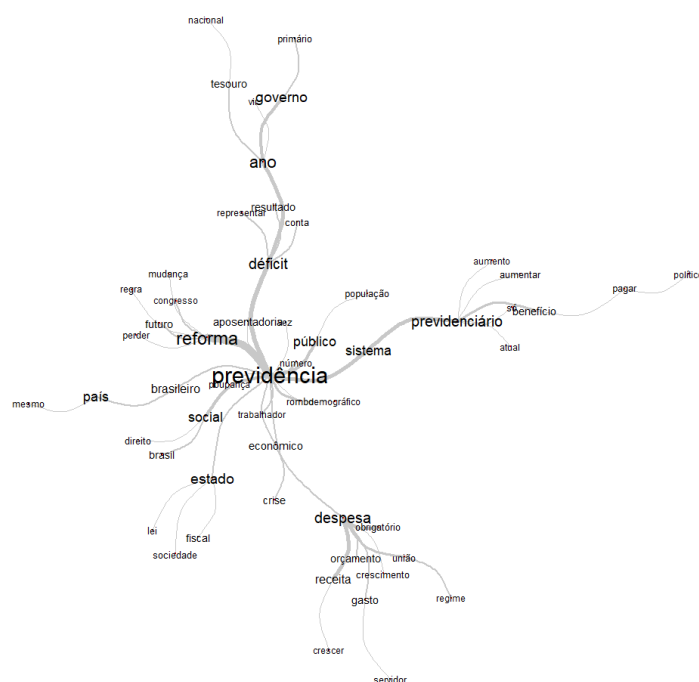
Fonte: Elaboração dos autores.

5. Resultados

Apesar de reconhecer que as propostas de reforma da Previdência de Michel Temer e Jair Bolsonaro são duras, O Globo as vê como “extremamente necessárias para o reequilíbrio das contas públicas”, ignorando os impactos sociais que esta pode repre-

sentar. Assim, o periódico identifica o atual sistema previdenciário como “falho”, “custoso” e “ultrapassado”. O Estado de S. Paulo faz um panorama parecido, sendo esse periódico mais afeito a números e cálculos a fim de explicitar o quanto, na sua perspectiva, a reforma poderia fazer a economia brasileira voltar a crescer.

Gráfico 1. Análise de similitude lexical dos editoriais de O Globo e Estadão sobre Reforma da Previdência no Governo Michel Temer

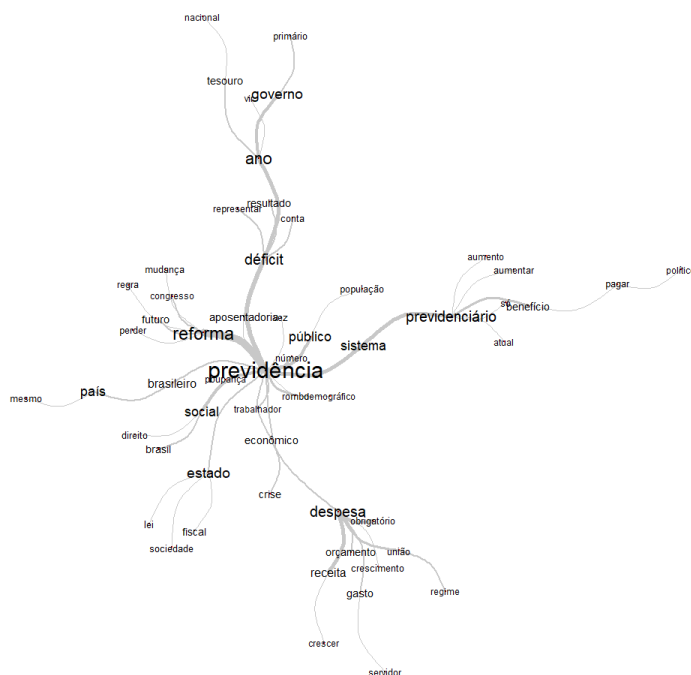


Fonte: Elaboração dos autores a partir do software Iramuteq.

Em busca da estrutura lexical na qual os padrões argumentativos se configuram, a análise procurou identificar, primeiramente, os três termos de maior recorrência nos editoriais relacionados ao governo Temer, em ambos os jornais. São estes: ‘Previdência’ (50 ocorrências); ‘Reforma’ (34); e ‘Ano’ (30), todos substantivos. Entre os adjetivos, os que aparecem com mais frequência são: ‘Social’ (20), ‘Público’ (19) e ‘Brasileiro’ (16). Já os verbos que mais se

repetem são ‘Aumentar’ (8), ‘Pagar’ (8) e ‘Perder’ (8). Em seguida, observamos as associações entre os termos nos jornais, como forma de identificar os núcleos de sentido. A Figura 1 apresenta a análise de similitude. Como se nota, os editorialistas frequentemente correlacionam o termo ‘Previdência’ a termos como ‘Tempo’, ‘Mudança’ e ‘Rombo’. Do mesmo modo, é feita constante correlação entre ‘Reforma’ e os termos ‘Necessário’, ‘Estado’ e ‘Congresso’.

Gráfico 1. Análise de similitude lexical dos editoriais de O Globo e Estadão sobre Reforma da Previdência no Governo Michel Temer



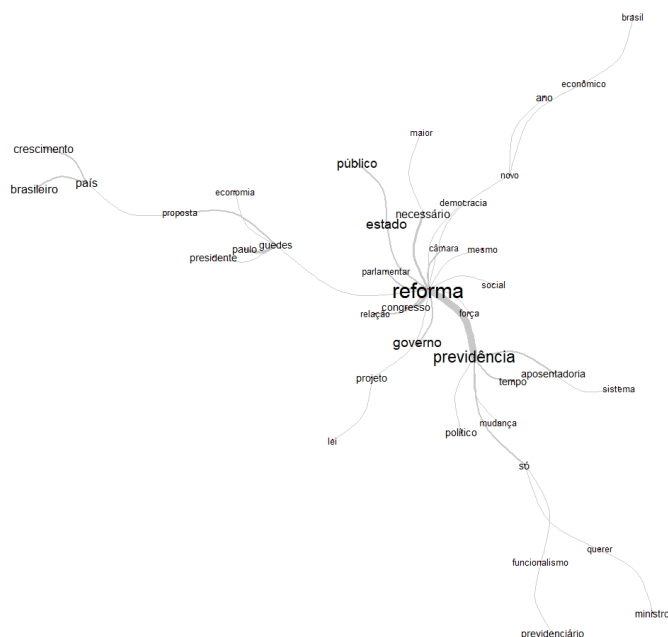
Fonte: Elaboração dos autores a partir do software Iramuteq.

Já no conjunto de termos que mais ganham proeminência nos editoriais relacionados à Reforma da Previdência no Governo de Jair Bolsonaro, há pequenas alterações se comparado ao caso anterior. Nos editoriais de 2019, os termos que têm mais ocorrência são ‘Reforma’ (52), ‘Previdência’ (31) e ‘Governo’ (22), todos substantivos. Quanto aos adjetivos, destaque para ‘Público’ (10), ‘Brasileiro’ (17) e ‘Necessário’ (16). A maior diferenciação entre os dois conjuntos está nos verbos, em que nenhum termo se repete. Destarte, Deixar (6), Tratar (6) e Crescer (6) são os termos com mais ocorrência nessa classe gramatical. A partir do gráfico de similitude (Figura 2), é possível perceber a clara correlação feita entre ‘Reforma’, ‘Necessário’, ‘Congresso’ e ‘Governo’, bem como a cor-

relação feita entre ‘Previdência’, ‘Aposentadoria’, ‘Tempo’ e ‘Mudança’.

Assim, é possível identificar, nas correlações feitas entre termos utilizados, núcleos de sentido que remetem a valores próprios da ideologia neoliberal, de forma muito semelhante, nos editoriais dos dois casos. Em alguns editoriais do jornal O Estado de S. Paulo, a defesa desse tipo de valor é absolutamente explicitada, à medida que o jornal faz uma clara apresentação das bandeiras que defende. A partir dos núcleos semântico, identificamos quatro principais padrões argumentativos. São eles: (i) defesa do liberalismo econômico; (ii) crítica ao tamanho do Estado; (iii) crítica à socialdemocracia; (iv) exemplos a serem seguidos. Aprofundando a análise discursiva, vamos analisar cada um deles.

Gráfico 2 – Análise de similitude dos editoriais de O Globo e Estadão sobre Reforma da Previdência no Governo Jair Bolsonaro



Fonte: Elaboração própria a partir do software Iramuteq.

5.1. Padrão argumentativo 1 – Defesa do liberalismo econômico

O primeiro padrão argumentativo se relaciona com uma defesa explícita da leitura liberal sobre a economia. É o caso do editorial ‘As razões das críticas’, publicado em 01 de julho de 2019, em que o editorialista de O Estado de S. Paulo afirma: “Não se espere, portanto, que O Estadão venha a contrariar seu histórico compromisso com os valores liberais”. Em outro editorial, publicado em 22 de maio de 2019, intitulado ‘Descompasso com o mundo’, o jornal lista alguns desses valores, os quais, na sua visão, deveriam ser seguidos pelo Brasil: “Será preciso conter os gastos obrigatórios, como os salários do funcionalismo, para melhorar o gasto público (...). Maior abertura [da economia], maior integração internacional e maior competição”. Esses são preceitos que atendem à ideia de diminuição da participação do Estado, cerne do pensamento neoliberal.

No dia 03 de janeiro de 2019, o editorial de O Estado de S. Paulo se dedica a apresentar o ministro da Economia do governo Bolsonaro, Paulo Guedes. Nesse sentido, é interessante notar como esta figura aparece com grande importância na opinião do jornal paulistano. Os termos ‘Paulo’ e ‘Guedes’ são os únicos nomes próprios que se repetem o número de vezes necessário para ganhar destaque no Gráfico 2 – nem mesmo os termos ‘Jair’ ou ‘Bolsonaro’ atingem expressão semântica. O nome do ministro está fortemente relacionado aos termos ‘Presidente’, ‘Economia’ e ‘Proposta’, evidenciando o protagonismo da personagem na pauta de reformas de caráter neoliberal, prometidos por ele durante a campanha pre-

sidencial de 2018. A visibilidade de Guedes reforça o a importância da agenda representada por ele, na perspectiva do editorialista do Estadão.

Definido como “economista liberal, formado na tradicional Universidade de Chicago, um dos ícones mundiais do liberalismo”, o líder da pasta é exaltado em ‘Proposta coerente de um modelo liberal para o país’ por trazer pautas reformistas de caráter liberal em seu discurso: “Busca-se conter a velocidade do crescimento das despesas; vender patrimônio a fim de abater o principal da dívida e, com isso, diminuir a enorme conta de juros pagos pelo Tesouro, bem como, por meio da diminuição da carga de impostos, dar fôlego às empresas para crescerem”, escreve o editorialista.

Outrossim, no editorial ‘As vantagens de uma nova reforma trabalhista’, de 08 de fevereiro de 2019, o jornal afirma que para o bem do país, é necessário que se construa uma espécie de “seguridade individual”, em detrimento da seguridade social: “A reforma previdenciária que se espera que o Congresso aprove é uma garantia para salvar o atual sistema, mas a cautela e algum senso de responsabilidade social aconselham atrelar o futuro dos jovens a um regime que no futuro não dependa de forma visceral do Tesouro. É o caso da capitalização, em que cada segurado tem uma conta individual, para receber as devidas contribuições previdenciárias e sua própria poupança”. Note-se aqui o forte alinhamento com a noção individualista própria do neoliberal, que pretende entregar a cada indivíduo a missão de cuidar da sua própria vida, independentemente das condições sociais que distanciam as pessoas em função das desigualdades.

5.2. Padrão argumentativo 2 – Crítica do tamanho do Estado

Outro padrão argumentativo muito presente nos editoriais remete a uma ‘crítica ao tamanho do Estado’. Essa leitura é feita em vários momentos, como no editorial ‘A reforma e seus inimigos’, de 14 de maio de 2019, em que O Estado de S. Paulo reclama de uma “máquina pública inchada” pelo pagamento de tantas aposentadorias, recurso que poderia ser investido para estimular o mercado financeiro: “mesmos recursos drenados por aposentadorias precoces e por uma máquina pública inchada poderiam ser usados em investimentos para impulsionar o crescimento econômico”. Para O Globo, no editorial de 12 de fevereiro de 2019, ‘Privilégios de advogados públicos e peritos’, o Estado brasileiro tem “uma proporção descomunal”. O jornal carioca completa afirmando, ironicamente: “Conseguir gastar todos os cerca de 35% do PIB arrecadados em impostos e ainda precisar se endividar no mercado [...] é uma façanha”. Para o diário, é preciso “desburocratizar” o Estado, ou diminuí-lo a qualquer custo.

Desse modo, a ideia de inevitabilidade da Reforma foi sustentada pelos dois jornais à medida que estes faziam, por exemplo, previsões calamitosas para o futuro do Erário brasileiro em função dos atuais gastos com a Previdência Social. Em diversos momentos O Globo aponta o tempo de contribuição médio e o aumento da expectativa de vida do brasileiro como razões para a aprovação da PEC, uma vez que sistema previdenciário vigente tenderia a se tornar insustentável. Segundo o jornal carioca, com sistema da época o Tesouro era obrigado a arcar com despesas para as quais não dispunha dinheiro, o que a longo e médio prazo levaria à alta dos juros, à desaceleração da economia e a crises fiscais. De modo semelhante, para O Estado de S. Paulo, as regras que ainda vigoravam no governo Temer comprometiam o futuro da Previdência Social. Os jornais defendiam que a tendência era que mais déficits fossem gerados e que no futuro não houvesse dinheiro para pagar todos os benefícios.

5.3. Padrão argumentativo 3 – Crítica à socialdemocracia

O terceiro padrão, um dos mais proeminentes, diz respeito à ‘crítica à socialdemocracia’ em ambos os jornais. A proposta socialdemocrata apoia intervenções econômicas e sociais do Estado para promover justiça social dentro do sistema capitalista. Está na base do Estado de bem-estar. No mesmo editorial de 03 de janeiro de 2019, em que apresenta o currículo e as intenções de Paulo Guedes para a economia, O Globo comemora a “mudança de ótica” do governo recém-empossado: “O conjunto das mudanças será, confirma o ministro, a tão postergada reforma do Estado, executada pela ótica liberal-democrata, depois de tanto tempo de hegemonia social-democrata (PSDB e PT). Tudo muito natural na democracia”. É

mais uma vez interessante notar como ‘Democracia’ tem destaque no Gráfico 2. O termo é constantemente associado à palavra ‘Novo’ nos editoriais de defesa da Reforma da Previdência do Governo Bolsonaro.

Em editoriais publicados durante o governo Michel Temer, O Globo é taxativo ao apontar gastos sociais como causas para a ‘Crise Previdenciária’. Não é à toa que, no Gráfico 1, ‘Previdência’ ganha considerável relação com as palavras ‘Rombo’, ‘Despesa’ e ‘Déficit’. Numa linha de argumentação que legitima o discurso neoliberal, de diminuição da presença do Estado na resolução dos problemas sociais, o jornal, no editorial ‘Tóxico ideológico’, de 02 de janeiro de 2017, critica a organização política do Estado de bem-estar social: “É tamanha a resistência a entender que o sonho de um ‘estado de bem-estar’, responsável por benevolências sem sustentação na realidade, virou pesadelo, que se torturam estatística”; e sustenta que: “A crise e o teto forçam a reconstrução das finanças públicas em bases não populistas”, em 03 de janeiro de 2018, no editorial ‘Reformas para além da Previdência’. Aqui, o jornal elogia a aprovação de outra Emenda Constitucional do Governo Temer, a PEC do Teto, que limitou os gastos públicos em diferentes setores, incluindo saúde, educação e infraestrutura, por 20 anos.

Na sustentação de seu argumento, O Globo apresenta, no editorial ‘Não se pode perder o foco na Reforma da Previdência’, de 23 de março de 2017, dados que comprovam o que considera como o “irrealismo dos gastos sociais no Brasil”: “Estudo da Secretaria de Política Econômica do Ministério da Fazenda, citado pelo jornal ‘Valor’, fornecendo mais informações sobre o irrealismo de aposentadorias, pensões e gastos ditos sociais no Brasil: dos nove pontos percentuais de PIB do aumento das despesas primárias do governo central, nos últimos 25 anos, 5,6 pontos vieram da Previdência e assistência social; (...) o valor dos benefícios sociais brasileiros em relação ao PIB per capita só é inferior ao da Bélgica”, salienta o editorialista de O Globo.

Aposentadorias rurais e benefícios pagos a idosos carentes e pessoas com deficiência também não são bem-vistos pelo jornal, como mostram os trechos do editorial de 04 de abril de 2017, ‘Déficit na Previdência pressiona Congresso’, a seguir: “Há quem veja com alguma benevolência o fato de o agricultor poder se aposentar sem ter contribuído. Talvez porque não saiba que a aposentadoria rural fechou 2016 com um déficit de R\$103,4 bilhões” e “Algo semelhante ocorre com benefícios sociais, como o de Prestação Continuada (BPC), para idosos carentes e com deficiências. No Brasil, este benefício equivale a 35% da renda per capita, igual ao pago na Irlanda e na Bélgica. Na Alemanha, é de 12%”. O sentido construído equivale a dizer que, no Brasil, estaríamos vivendo acima das nossas possibilidades ou, dito de outra forma, em condições iguais àquelas de países ricos.

De forma semelhante, o jornal O Estado de S. Paulo vê com especial preocupação os custos com os benefícios rurais. No editorial de 29 de janeiro de

2017, ‘Relutância irresponsável’, o periódico afirma que o aumento dos custos da Previdência rural é responsável por sobrecarregar a Previdência urbana, já prejudicada pelo fechamento de vagas formais graças à crise econômica dos últimos anos: “O resultado negativo de R\$ 149,7 bilhões em 2016 representou um aumento de 74,5% em relação a 2015. Do total do déficit, R\$ 46,3 bilhões referem-se ao rombo da Previdência urbana, e R\$ 103,4 bilhões, à Previdência rural”.

O Estado de S. Paulo também faz críticas diretas à Constituição de 1988, conhecida como Constituição Cidadã, por ter garantido uma série de direitos sociais à população. Para os editorialistas, em ‘Rigidez e irracionalidade’, de 25 de setembro de 2017, ao estabelecer despesas obrigatórias, como benefícios previdenciários, a Carta Magna engessa o orçamento da União e contribui de forma decisiva para o ‘quadro deficitário’, ao qual tanto fazem menção. “Embora impressionante, a evolução das despesas obrigatórias como proporção da receita líquida da União é a decorrência obrigatória do regime fiscal instituído pela Constituição. [...] A fixação de critérios de correção de diversas despesas – algumas indexadas ao salário-mínimo, como os benefícios previdenciários – aumentou a rigidez do orçamento, tornando ainda mais implacável seu engessamento”.

Como vimos, o jornal também considera a atuação do Estado brasileiro como extremamente benevolente, o que abriria justificativa para corte de gastos na Previdência. Em ‘A imprevidência brasileira’, de 03 de maio de 2017, o jornal paulista afirma: “O sistema pátrio é extremamente benevolente, o que indica a existência de espaço para um melhor ajuste entre receitas e despesas previdenciárias”.

Desse modo, ao assegurar diversos direitos na Constituição, o Estado bancaria vantagens a certos grupos: “Os legisladores do País costumam ser criativos quando se trata de inventar maneiras de fazer o Estado bancar benesses inexplicáveis. O resultado é que vivemos numa ‘república da meia-entrada’, na qual os grupos organizados da sociedade conseguem arrancar do Estado ‘direitos’ que não podem ser discutidos, pois integram o que o discurso populista convencionou chamar de ‘justiça social’, cujo questionamento é equiparado à blasfêmia”. Cabe aqui especial atenção ao uso das aspas, que ironizam o real significado das palavras que acompanham.

Sendo assim, todos os argumentos da oposição tornam-se exagerados e falsos. Em ‘Caminho aberto para a reforma’, de 27 de junho de 2019, O Estado de S. Paulo deslegitima todo um discurso da deputada Jandira Feghali (PCdoB-RJ) no plenário da Câmara, em que a parlamentar afirma que o verdadeiro problema fiscal do Brasil é o pagamento dos juros de sua dívida, que a expectativa de vida em regiões pobres é baixa e, por isso, a aposentadoria é inalcançável para muitos moradores dessas áreas.

5.4. Padrão argumentativo 4 – Exemplos a serem seguidos

O quarto padrão argumentativo, ‘exemplos a serem seguidos’, prevê que governos claramente neoliberais deveriam ser copiados pelo Brasil. Os jornais comparam a realidade brasileira a experiências de países europeus, como Alemanha e Inglaterra. No país germânico, os posicionamentos a serem copiados são os do primeiro-ministro Gerhard Schroeder (1998-2005). Schroeder recebeu o país com uma alta taxa de desemprego, por volta dos 12%, e implementou o programa de reforma chamado Agenda 10, que promoveu ataques ao “generoso estado de bem-estar alemão”, como faz referência o editorial, de O Globo, ‘Projetos de ajuste no mundo seguem roteiro básico’, de 18 de dezembro de 2016, cortando vários programas como o seguro-desemprego e o seguro nacional de saúde. Apesar da impopularidade do programa e do fato da taxa de desemprego ter se mantido alta até o final de sua gestão – e ter voltado a crescer em 2008 – (dados da Eurostat)⁶, o jornal acredita que essas são medidas importantes a serem tomadas, pois permitem que os países entrem em “duradouros ciclos de crescimento equilibrado”.

Já na Inglaterra, o exemplo a ser seguido seria o da conservadora Margareth Thatcher (1975-1979), primeira-ministra que diminuiu drasticamente o poder do Estado no Reino Unido, tornando-se, como vimos, um baluarte da lógica neoliberal. Em um dos governos neoliberais mais ortodoxos da história, Thatcher promoveu corte de gastos sociais, implementou um amplo programa de privatização, reduziu a influência de sindicatos através de leis etc. O emblemático episódio da Greve dos Mineiros (1984-1985), do qual a então primeira-ministra saiu vitoriosa, é lembrado no mesmo editorial como exemplo de astúcia: “(...) A primeira-ministra inglesa Margaret Thatcher, conservadora, teve de dobrar a corporação sindical dos mineiros de carvão, numa longa greve, e conseguiu prestar um serviço bem mais amplo e histórico à Inglaterra, desregulando a economia, privatizando-a em alguns segmentos”.

Postos como modelos de sucesso, os moldes dos governos neoliberais de Schroeder e Thatcher são indicados como soluções para o enfrentamento de crises como as encaradas pelo Brasil. Com isso, o editorialista de O Globo parece desconsiderar os efeitos danosos das políticas neoliberais implementadas em diferentes países do mundo e que resultaram na crise imobiliária de 2008, considerada, por alguns, a maior desde a quebra da bolsa de Nova Iorque, em 1929. No editorial “Projetos de ajustes seguem roteiro básico”, após citar os ex-primeiros-ministros, o jornal afirma: “No aspecto político, são necessárias lideranças que entendam a situação do país e saibam convencer a sociedade do acerto das mudanças”.

⁶ Recuperado de <<https://extra.globo.com/noticias/economia/europa-ja-tem-23-milhoes-de-desempregados-3457959.html>> Acessado em 02/03/2020

6. Conclusões

Os editorialistas apoiaram fortemente as propostas de reforma da previdência apresentadas por Michel Temer e Jair Bolsonaro, criando um consenso sobre a importância de reformar o sistema. Os dados coligidos permitem confirmar a hipótese de que os veículos construíram um discurso baseado em argumentos que reforçam o ideário neoliberal. O estudo mapeou quatro padrões argumentativos no discurso dos jornais sobre a previdência: a ‘defesa do liberalismo econômico’, a ‘crítica do tamanho do Estado’, a ‘crítica à socialdemocracia’ e a indicação de ‘exemplos a serem seguidos’.

É interessante reafirmar que os editoriais representam os valores, as visões de mundo e os interesses dos periódicos. Como discutimos, não é por acaso que esse tipo de texto dialogue tão intimamente com a política, exercendo um papel de convocação para a ação. Deste modo, o editorial é um espaço de exercício da política e de pressão sobre o poder público (Marques e Mont’Alverne, 2013), como os dados da pesquisa deixaram evidenciar. Percebeu-se, de uma maneira geral, a indireta, mas constante, crítica à

Constituição Federal. A insatisfação dos jornais está intimamente ligada à lei que versa sobre a seguridade social, a qual, segundo a Carta Magna, compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa dos poderes públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social.

O estudo teve a intenção, ainda, de investigar e refletir a respeito da atuação dos jornais em momentos de austeridade, nos quais os direitos sociais se encontram em situação de iminente ameaça, como, em nossa opinião, se pode verificar nas propostas de Reforma da Previdência do governo Michel Temer e do governo Bolsonaro. O impacto social da aplicação de medidas que ignoram as desigualdades de renda, de desenvolvimento humano e de oportunidades em nome de uma racionalidade neoliberal tendem a ser deletérias para as populações mais pobres de um país com tantas disparidades como o Brasil. Em suma, esta pesquisa espera apresentar-se como uma contribuição para compreender o papel do jornalismo na promoção do debate público e os efeitos de suas posições na defesa (ou não) de direitos conquistados com a Constituição de 1988.

7. Referências bibliográficas

- Afonso, J. R., Salto, F., & Ribeiro, L. (2016, October, 1). A PEC do teto e o resto do mundo. *Revista Conjuntura Econômica*, 70(10), 23-24.
- Andrade, D. P. (2019). O que é o neoliberalismo? A renovação do debate nas ciências sociais. *Sociedade e Estado*, 34(1), 211–239. <https://doi.org/10.1590/s0102-6992-201934010009>
- Araújo, B., & Prior, H. Framing Political Populism: the role of Media in framing the election of Jair Bolsonaro. *Journalism Practice*. <https://doi.org/10.1080/17512786.2019.1709881>.
- Aldé, A., Mendes, G., & Figueiredo, M. (2007). *Tomando partido: imprensa e eleições presidenciais em 2006*.
- Azevedo, F. A. (2005). Imprensa e Legislativo: os editoriais da Folha de S. Paulo sobre o Senado (2003-2004). *ENCONTRO ANUAL DA COMPÓS*, 14.
- Azevedo, F. A., & Chaia, V.L.M. (2008). O Senado nos editoriais dos jornais paulistas (2003-2004). *Opinião Pública*, 14(1), 173-204.
- Dardot, P., & Laval, C. (2016). *A nova razão do mundo. Ensaio sobre a sociedade neoliberal*. Boitempo.
- Fairclough, N. (2008). *Discurso e mudança social*. Editora UnB.
- Fonseca, F. (2011). Mídia, poder e democracia: teoria e práxis dos meios de comunicação. *Revista Brasileira de Ciência Política*, (6), 41-69.
- Freres Júnior, J., & Gagliardi, J. (2019). O Antipetismo da Imprensa e a Gênese da Nova Direita. In *Brasil em Colapso* (pp. 25–34). Unifesp.
- Foucault, M. (2008). *O Nascimento da Biopolítica*. Martins Fontes.
- Harvey, D. (2005). *O Neoliberalismo—história e implicações: O Estado neoliberal*. Loyola.
- Mariutti, E. B. (2021). O Colóquio Walter Lippmann e a gênese do neoliberalismo: apontamentos. *Texto para discussão*, 1(415), 1–19. <https://bit.ly/2ZS3qO9>
- Marques, R. M., Mendes, Á., Leite, M. G., & Hutz, A. (2004). A importância do Bolsa Família nos municípios brasileiros. *Avaliação de Políticas e Programas do MDS—Resultados*, 163.
- Melo, J. M. (1985). *A opinião no jornalismo brasileiro* (Vol. 11). Vozes.
- Melo, J. M., & Assis, F. D. (2016). Gêneros e formatos jornalísticos: um modelo classificatório. *Intercom: Revista Brasileira de Ciências da Comunicação*, 39(1), 39-56.
- Miguel, L.F., & Coutinho, A. D.A. (2007). A crise e suas fronteiras: oito meses de” mensalão” nos editoriais dos jornais. *Opinião pública*, 13(1), 97-123.
- Marques, F.P.J.A., & Mont’Alverne, C. (2013). Jornalismo Político e Imagem Pública. Dilma Rousseff nos editoriais do jornal O Estado de S. Paulo. *Revista Contracampo*, (28), 93. <https://doi.org/10.22409/contracampo.v0i28.612>
- Mostafa, J., & Theodoro, M. (2017). (Des)Proteção Social: Impactos da Reforma da Previdência no Contexto Urbano. *Boletim Legislativo/Núcleo de Estudos e Pesquisas da Consultoria Legislativa*, 1(65), 1-32. <https://bit.ly/3mesciM>

Suárez, M., & Libardoni, M. (2007). O impacto do Programa Bolsa Família: mudanças e continuidades na condição social das mulheres. *Avaliação de políticas e programas do MDS: resultados*, 2, 119-62

Bruno Bernardo de Araújo. Professor e atual coordenador do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal de Mato Grosso, e do curso de jornalismo da mesma instituição. Doutor em Comunicação pela Universidade de Brasília e Mestre em Comunicação na Universidade de Coimbra. Estuda comunicação e política, jornalismo político, a cobertura de escândalos e eleições e, mais recentemente, a emergência dos novos populismos de direita. Pesquisador dos Grupos de Pesquisa Comunicação, Política e Cidadania e Observatório do Populismo no Século XXI. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-8288-2718>

Fernanda Safira Soares Campos. Bacharel em Comunicação Social com Habilitação em Jornalismo pela Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT). Membro do Grupo de Pesquisa em Comunicação, Política e Cidadania (UFMT) e do Grupo de Pesquisa Observatório do Populismo do Séc. XXI (UnB). ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3772-6203>